

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO

Os horários aqui considerados são sempre os horários de Brasília/DF

1ª Vara Cível da Comarca de Franca/SP

EDITAL de 1º e 2º LEILÃO DE BEM IMÓVEL para intimação do executado, proprietário e fiel depositário do bem **Bruno Tenório De Amorim - CPF nº 008.598.034-06**, seu cônjuge **Maria Helena Jacinto de Amorim - CPF nº 278.505.818-65**, dos coproprietários **Marla Tenorio de Amorim Loureiro - CPF nº 740.628.404-72**, seu cônjuge **Flavio Ferreira Loureiro - CPF nº 034.820.474-48**, **Denison Costa de Amorim Filho - CPF nº 024.701.034-01**, seu cônjuge e coproprietária **Camila Montenegro Coelho Amorim - CPF nº 024.436.244-04**, o credor hipotecário **Hercules S/A - Credito Financiamento e Investimento - CNPJ nº 17.204.694.001-81**, por meio de seu representante legal, o serventuário **Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG - CNPJ nº 17.155.730/0001-64**, por meio de seu representante legal, e demais interessados, expedido nos autos de **Execução de Título Extrajudicial**, requerente **Elétrica Nicolucci LTDA, Processo nº 1018283-29.2015.8.26.0196**.

O Dr. João Sartori Pires, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Franca/SP, na forma da lei, **FAZ SABER** que, com fundamento no artigo 879, II do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP e pela NSCGJ, através da BASTON LEILÕES (www.bastonleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação o bem abaixo descrito, conforme condições de venda constantes no presente edital.

No 1º Leilão com início no dia 23 de novembro de 2026, às 10:00 horas e término no dia 23 de novembro de 2026, às 14:00 horas, entregar-se-á o bem a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o **2º Leilão seguir-se-á sem interrupção, e término no dia 24 de novembro de 2026, às 14:00 horas**, caso não haja licitantes no 1º Leilão, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a **60% do valor de avaliação, conforme Despacho de Evento 291 – Pág. 01 de 20 de agosto de 2026.**

DESCRIÇÃO DO BEM: 33,33% do imóvel rural denominado Fazenda Jaguará contendo área de 25ha07a14ca de terras de cultura e 18ha15a00ca de terras de cerrado. O imóvel possui uma casa de morada abandonada com paredes de tijolos, cobertura de telhas tipo francesa com 16 cômodos, inclusive varanda externa contornando a fachada da casa, piso de cerâmica, cimento e tacos, água encanada, luz da CEMIG, bem como outras benfeitorias existentes no imóvel como currais, coqueiras, barracão de granja, casa de ração com máquinas. O imóvel possui as seguintes confrontações começa em uma cerca de arame nas divisas com a Fepasa, pela cerca acima até atingir o pé da serra, confrontando com João de Oliveira Genares, daí a dentro pela mesma cerca até alcançar a rodovia MG-172, confrontando com o mesmo João de Oliveira Genares e Aldene Gomide Ferreira, daí volta a rodovia, segue pela cerca abaixo até encontrar o esgoto do Barreiro, deste, pela mesma cerca, até a sede e confrontando ainda com Carlos Gomide e Pedro Gomes de Menezes e da sede pela cerca de Fepasa até onde iniciou estas divisas. INCRA sob o nº 423.092.002941-8.

Registro anterior: matrícula nº 12. Este bem está matriculado sob o nº 3.432, Livro 02, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Sacramento/MG.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem imóvel a ser leilado é de **R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)**, conforme Auto de Avaliação de Evento 168 – Pág. 01, de 21 de janeiro de 2021, e devidamente homologada em Despacho de Evento 291 – Pág. 01 de 20 de agosto de 2026.

ÔNUS SOBRE O BEM IMÓVEL: Sobre o bem imóvel a ser leilado constam os seguintes ônus:

- 1) Hipoteca em favor de Hercules S/A – Crédito Financiamento e Investimento, CNPJ nº 17.204.694.001-81, conforme R-02 da matrícula nº 3.432, Livro 02, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Sacramento/MG.
- 2)) Hipoteca em favor de Hercules S/A – Crédito Financiamento e Investimento, CNPJ nº 17.204.694.001-81, conforme R-03 da matrícula nº 3.432, Livro 02, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Sacramento/MG.
- 3) Dação em pagamento com retrovenda, conforme R-4 da matrícula nº 3.432, Livro 02, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Sacramento/MG.
- 4) Constituição de servidão em nome da Centrais Elétricas de Minas Gerais, conforme AV-13 da matrícula nº 3.432, Livro 02, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Sacramento/MG.
- 5) Penhora Trabalhista extraída dos autos do processo nº 0011267-19.2015.5.03.0168, em que Nataniel Delmiro da Silva move contra Bruno Tenório de Amorim e outros perante a 4ª Vara do Trabalho da Comarca de Uberaba/MG, conforme R-57 da matrícula nº 3.432, Livro 02, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Sacramento/MG.

VALOR DA DÍVIDA: O valor da dívida no referido processo é de **R\$ 18.811,01 (dezoito mil reais, oitocentos e onze reais e um centavo)**, conforme Planilha de Débitos Judiciais, Evento 179 – Pág. 01, atualizada até agosto de 2021.

Débitos de Impostos e Taxas Municipais: Os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência (art. 908, §1º do CPC/2015), salvo determinação judicial em contrário. Eventuais débitos tributários relativos ao bem imóvel ficam sub-rogados no preço nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o adquirente.

CONDIÇÕES DE VENDA:

- 1) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, e poderá encontrar-se ocupado e sua desocupação se dará por conta e risco do arrematante, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes do pregão (art. 9º. do Prov. CSM n. 1625/2009);
- 2) o pregão da alienação judicial eletrônica começa no primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital, pelo período lá consignado. O edital indicará local, hora e dia de sua realização (art. 260 da NSCGJ).
- 3) não havendo lance superior ao valor atualizado da avaliação nos três dias subsequentes ao do início do primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá por no

mínimo vinte dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital (art. 12 do Prov. CSM n. 1625/2009);

4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a 60% do valor de avaliação, conforme Despacho de Evento 291 – Pág. 01 de 20 de agosto de 2026.

5) sobrevivendo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 14 do Prov. CSM n. 1625/2009 c/c art. 263 da NSCGJ);

6) caberá ao leiloeiro público, gestor do sistema de alienação judicial eletrônica, a definição dos critérios de participação na alienação judicial eletrônica com o objetivo de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances (art. 254 da NSCGJ). Não será admitido sistema no qual os lances sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do Leiloeiro Público, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 15 do Prov. CSM n. 1625/2009);

7) serão aceitos lances superiores ao lance corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site (art. 16 do Prov. CSM n. 1625/2009);

8) a comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor, não se incluindo no valor do lance, e ser-lhe-á pago diretamente (art. 17 do Prov. CSM n. 1625/2009);

9) com a aceitação do lance, o Leiloeiro Público fará a emissão e o encaminhamento das guias de depósitos judiciais para o e-mail cadastrado pelo arrematante, para posterior juntada no processo com os devidos comprovantes (art. 267 da NSCGJ);

10) o arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar os depósitos dos valores da arrematação e da comissão (art. 19 do Prov. n. CSM n. 1625/2009).

11) o auto de arrematação será lavrado de imediato e assinado pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro (art. 269 da NSCGJ);

12) não sendo efetuados os depósitos, o leiloeiro público comunicará imediatamente o fato ao juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do juiz, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 897 do Código de Processo Civil (art. 270 da NSCGJ);

13) o exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a nova praça à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente fica este obrigado ao pagamento da comissão do gestor;

14) eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (CTN, art. 130, parágrafo único);

15) o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, poderá ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal), e, também por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do Leiloeiro Público, sem prejuízo de ser considerado ato atentatório a dignidade da justiça, nos termos do art. 903 §6º (art. 23 da LEF).

16) O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “ad corpus” – art. 500 §3º do Código Civil, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de

preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente;

17) O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is);

18) Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios á vontade do arrematante, serão restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão do Leiloeiro Público, deduzidas as despesas incorridas;

19) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham ser julgados procedentes os Embargos á Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903, *caput*, e §1º do Código de Processo Civil;

20) Havendo interposição de embargos do executado ou a ação autônoma, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

21) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo á transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “carta de arrematação”.

LEILOEIRO: O leilão será realizado e acompanhado pelo leiloeiro, Sr. Mouzar Baston Filho, devidamente cadastrado na JUCESP nº 821.

PAGAMENTO E RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil S.A. (obtida em suas agências ou através do site www.bb.com.br), no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do Leiloeiro Público.

PAGAMENTO PARCELADO:

1) O(s) interessado(s) em adquirir o bem penhorado em prestações, conforme Art. 895 do CPC.

2) Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 meses, desde que garantido por meio caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe **895, I, II e §§, do Código de Processo Civil**.

3) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo **895, § 7º do Código de Processo Civil**.

OBSERVAÇÕES:

1) Em até 5 horas após o encerramento do Leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).

2) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

3) Desfeita a arrematação pelo Juízo, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao arrematante os valores pagos relativos ao preço da arrematação e à comissão do Leiloeiro Público, deduzidas as despesas incorridas.

ADJUDICAÇÃO: A partir do encaminhamento do Edital para publicação, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação devido ao Leiloeiro Público.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se a(o) executada(o), após o encaminhamento do edital para publicação, pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o leilão, a guia comprobatória do referido pagamento acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá a(o) executada(o) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão devida ao Leiloeiro Público de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação.

DO ACORDO: A partir do encaminhamento do Edital para publicação, caso seja celebrado acordo judicial entre as partes com suspensão do leilão, fica o(a) executado(a) obrigado(a) a pagar a comissão devida ao Leiloeiro Público de 5% (cinco por cento) do valor da avaliação, logo na primeira prestação da avença. Caso o acordo seja extrajudicial ou desistência da execução, este percentual será devido pelo credor exequente.

Pessoalmente perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Franca/SP sito a Avenida Presidente Vargas, nº 2650 - Bairro: Jardim Doutor Antônio Petrágia - CEP: 14402-000 - Fone: (16) 2103-9166, E-mail: franca1cv@tjsp.jus.br ou no escritório do Leiloeiro localizado na Avenida Paulo VI, 612, Residencial Paraíso, CEP 14.403-143 em Franca/SP, ou ainda, pelo e-mail: mouzar@bastonleiloes.com.br.

Fica o executado, proprietário e fiel depositário do bem, seu cônjuge, os coproprietários e seus cônjuges, os credores hipotecários, por meio de seu representante legal, os servientes, por meio de seu representante legal, e demais interessados **INTIMADOS PELO PRÓPRIO EDITAL DE LEILÃO** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal e não tiver advogado constituído, conforme § único do artigo 889 do Código de Processo Civil.

Franca/SP, 17 de setembro de 2026.

JOAO SARTORI

PIRES:01652794867

JOÃO SANTORI PIRES

JUIZ DE DIREITO

Assinado de forma digital por
JOAO SARTORI
PIRES:01652794867
Dados: 2026.10.05 17:07:40 -03'00'